



Crise energética já desponta no horizonte

Síntese: País precisa de 5 mil novos megawatts (MW) por ano para fazer frente ao crescimento econômico, mas vê expansão do parque gerador estancar na gestão Lula. Até hoje, o maior acréscimo anual foi registrado no governo Fernando Henrique, com 4,6 mil novos MW em 2002. Atualmente existem apenas 17 hidrelétricas em construção no Brasil; nenhuma delas de grandes proporções. Um de cada 4 MW previstos para entrar em operação até 2011 está sob risco; para os próximos quatro anos, somente 8 mil MW estão assegurados. Investimento privado é cada vez mais escasso.

A suspensão no fornecimento de gás natural decretada pela Petrobras no fim de outubro foi apenas mais um dos lances iniciais de uma crise de graves proporções que se desenha no horizonte. O país não apenas corre risco de ver faltar um dos principais insumos da economia; na realidade, o atual nível de produção de energia já é insuficiente para sustentar a expansão brasileira.

A ameaça de escassez já vem sendo denunciada há algum tempo, desde que o parque gerador nacional ingressou numa quase paralisia decorrente do modelo para o setor elétrico adotado pelo governo Lula. Implantado em 2005, o sistema de leilões para a expansão do sistema até agora não logrou sucesso; conseguiu, no máximo, obter tarifas mais baixas no curto prazo, ainda que sob risco de ver os níveis explodirem a médio prazo.

É evidente o descompasso entre o que o país tem conseguido agregar ao parque de geração de energia nos últimos anos e as necessidades de sustentação do crescimento econômico. Ao ritmo atual, é preciso adicionar 5 mil novos megawatts (MW) por ano ao nosso potencial, sem os quais o país corre risco de entrar em colapso. A média obtida desde 2003 é de 3,5 mil MW. A melhor marca anual alcançada pelo país foi registrada em 2002, ainda no governo tucano, quando foram agregados 4,6 mil novos MW; a pior, nos últimos nove anos, foi a de 2005, com acréscimo anual de apenas 2,4 mil MW.

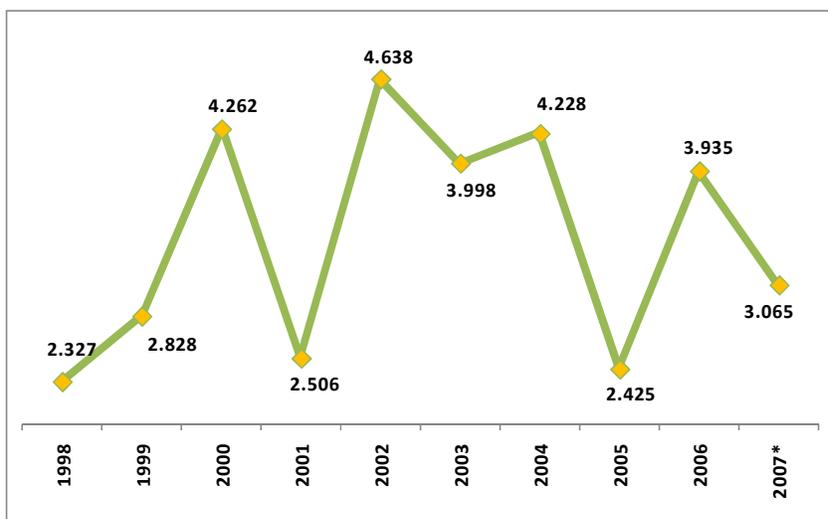
Modelo de retrocesso

Desde o início da gestão do PT, tornou-se notório que os investimentos em geração de energia no país escassearam. No último ano do governo Fernando Henrique, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) outorgou 396 novas usinas, cuja potência somava 12 mil MW e para as quais os investimentos previstos eram de R\$ 20 bilhões. No ano seguinte, foram apenas 191 usinas, com 3 mil MW e investimento estimado de R\$ 5,5 bilhões. Em 2004 não foi muito diferente: 224 usinas, 4 mil novos MW e R\$ 6,3 bilhões em investimentos. Vale registrar que nem toda outorga resulta em investimento efetivo; muitas vezes, o empreendimento não sai do papel.

A partir de 2005, o antigo modelo de concessão onerosa foi substituído pelo atual sistema de oferta de energia por meio de leilões. A situação, porém só piorou: desde 2005, a expansão da oferta de energia advinda de fontes hídricas

somou apenas 3,2 mil MW – considerando todas as matrizes, foram 9,6 mil novos MW em quase três anos. Atualmente o país tem apenas 17 usinas hidrelétricas em construção, cujo potencial total de geração é de meros 4 mil MW. Somados, todos os empreendimentos em construção são suficientes para agregar apenas 6,6 mil MW novos ao nosso parque gerador.

Acréscimo anual de geração (em MW)



*Até 16 de outubro. Fonte: Aneel

Se o presente já não inspira segurança, as perspectivas para médio e longo prazos são ainda mais preocupantes. De acordo com a Aneel, até 2011 devem entrar em operação turbinas com capacidade para gerar 11 mil novos MW. O número, por si só, já seria alarmante. Isto porque, para fazer frente a um crescimento econômico na casa de 4,5% ao ano, há necessidade de agregar, até 2011, mais 20 mil MW ao parque gerador nacional – número muito superior ao que o futuro promete.

O mais grave, porém, é que nem a adição destes 11 mil MW pode ser considerada líquida e certa. Muito pelo contrário: um de cada 4 MW previstos para os próximos quatro anos corre sérios riscos de não se concretizar, por causa de restrições de ordem ambiental, jurídica ou mesmo empresarial. Isso significa que o país só conta, de fato, com 8 mil novos MW realmente firmes para fazer frente à expansão do crescimento da economia até o início da próxima década. Em razão disso, é cada vez maior a dependência da energia gerada por termelétricas, tanto mais cara quanto poluente.

Falta gás para crescer

Mas, se a expansão hidrelétrica não suscita muitas esperanças, a situação termelétrica não é menos desalentadora – como os cortes de oferta verificados no Rio de Janeiro e em São Paulo puderam demonstrar. Há 22 usinas termelétricas em construção no país, com capacidade para agregar 1,4 mil novos MW. Artificialmente inflado pelo governo federal, o consumo de gás natural explodiu nos últimos anos, com crescimento médio de 18% ao ano. Hoje o país consome em torno de 42 milhões de metros cúbicos por dia, mas só produz internamente 28 milhões de m³; a maior parte da oferta (52%) provém da instável Bolívia.

O país irá conviver com déficits por pelo menos mais uma década. Segundo o Plano Decenal de Energia 2007/2016 (elaborado pela Empresa de Pesquisa

Energética, estatal criada para planejar o setor), o consumo deve passar para 110 milhões de m³ diários em 2010 e 140 milhões de m³ em 2016. A oferta interna, entretanto, crescerá num ritmo insuficiente: atingirá 75 milhões de m³ no fim da década e 92 milhões de m³ em dez anos.

Hoje o gás natural é disputado por vários usos: usinas termelétricas, indústrias, automóveis, residências e comércio. Mas já é impossível atender a todos. Segundo o Centro Brasileiro de Infra-Estrutura, caso todos os usuários não-térmicos – ou seja, todos exceto as usinas – fossem atendidos, o país só conseguiria acionar 35% das termelétricas disponíveis em 2008; o resto não poderia gerar energia simplesmente porque não conta com gás suficiente. Isso explica por que, em outubro, a Petrobras cortou em 17% o fornecimento do insumo a clientes industriais dos dois maiores centros produtores do país, deixando, só no Rio, um prejuízo de R\$ 20 milhões em apenas um dia.

Escassez presente

O risco de o país ver-se diante de falta de energia já é algo presente. Para 2008, o Instituto Acende Brasil calcula que o risco de isso acontecer atinge 9%, quase duas vezes o nível máximo considerado aceitável pelos parâmetros de segurança do setor elétrico (5%). Em 2011, dependendo de como se comportar o mercado, tal possibilidade pode chegar a 18%. Vale notar que, no próximo ano, em razão das quebras no suprimento de gás natural, o país já disporá de um volume de energia firme inferior ao que existia disponível no país em 2004.

Visto de hoje, parece certo que o país tem no horizonte uma crise de escassez energética a ser enfrentada num futuro não muito distante. De certa forma, ela já é uma realidade: seja por restrições impostas ao consumo, como ocorrido no Rio e em São Paulo, seja por meio de fortes altas nos preços. Em outubro, o valor por MWh chegou perto de R\$ 240, maior nível desde 2001. Projetam-se aumentos vigorosos nos próximos anos, a ponto de toda a economia ser prejudicada e o crescimento econômico ser reduzido em até 0,8 ponto percentual, comprometendo até o avanço do IDH brasileiro.

A maior ameaça, porém, é o país continuar às voltas com a falta de perspectiva para o setor verificada na atual gestão federal. O caminho trilhado desde 2005 só fez afastar investidores privados, além de ter deixado a expansão da geração à mercê dos insuficientes investimentos públicos – a crise gerada pela frustração do fornecimento de gás pela Petrobras ilustra os perigos de tal estratégia. Se não começar a agir imediatamente, e de maneira coerente e coordenada, o governo Lula corre o risco de ver explodir no seu colo uma crise que gostaria de ver legada a seu sucessor e que, como se vê, não é o “probleminha” que o presidente da República tenta fazer crer que é.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.

Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).

Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília – DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail:

itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br